

Literatura bicha, mercadoria e fetiche: notas para uma crítica materialista da razão literária

*Queer literature, commodity and fetish:
notes for a materialist critique of literary reason*

Afonso Rick-Rocha¹

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Ilhéus, Bahia, Brasil

Resumo: Este texto tensiona a noção de “literatura LGBTQ+ brasileira” como categoria identitária, disciplinar e mercadológica, interrogando seus efeitos de legitimação e exclusão a partir de uma perspectiva materialista. O ensaio se posiciona contra a sacralização do literário enquanto instância neutra ou autônoma, compreendendo-o como dispositivo da aparelhagem ideológica e afetiva do capital. Mobilizando uma crítica althusseriana do literário como tecnologia de reprodução da forma-sujeito, propõe-se o deslocamento da discussão sobre “literatura LGBTQ+” para a análise do discurso ficcional sexo-gendrado, reconhecendo sua função na constituição de campos de visibilidade e regimes de enunciabilidade. Entre memórias de oralidade e disputas conceituais, o texto reivindica o silêncio como herança proletária e a escrita como gesto de guerrilha simbólica, denunciando o funcionamento ritualístico da literatura como instituição que opera pela exclusão e domesticação da dissidência. Em vez de uma catalogação de obras ou autores, defende-se aqui o trabalho com a opacidade, a impropriedade e a contradição como táticas epistemológicas dissidentes, capazes de confrontar as hierarquias de saber e os dispositivos afetivo-ideológicos que sustentam a imaginação burguesa. Contra a esperança domesticadora, propõe-se uma escrita como máquina de fazer calar, não para silenciar, mas para suspender os discursos autorizados e abrir espaço para outras formas de escuta e existência.

Palavras-chave: Discurso sexo-gendrado. Aparelhos ideológicos. Epistemologias dissidentes. Crítica materialista.

Abstract: This text problematizes the notion of “Brazilian LGBTQ+ literature” as an identitarian, disciplinary, and market-oriented category, interrogating its mechanisms of legitimation and exclusion from a materialist perspective. The essay positions itself against the sacralization of the literary as a neutral or autonomous instance, conceiving it instead as a device within the ideological and affective apparatus of capital. Drawing on an althusserian critique of the literary as a technology for reproducing the subject-form, it proposes a shift in focus, from “LGBTQ+ literature” to the analysis of sex-gendered fictional discourse, highlighting its role in shaping visibility fields and regimes of enunciability. Interweaving oral memory and conceptual dispute, the text claims silence as proletarian inheritance and writing as a gesture of symbolic guerrilla, denouncing the ritualistic functioning of literature as an institution that operates through the exclusion and domestication of dissidence. Rather than cataloging authors or works, the text defends opacity, impropriety, and contradiction as dissident epistemological tactics capable of confronting knowledge hierarchies and the affective-ideological devices that uphold bourgeois imagination. Against pacifying hope, it proposes writing as a machine for silencing, not to suppress, but to suspend authorized discourses and open space for other modes of listening and existing.

Keywords: Sex-gendered discourse. Ideological apparatuses. Dissident epistemologies. Materialist critique.

¹ Doutor em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Começo este pequeno texto – que não sei ainda qualificá-lo ou caracterizá-lo como determinado gênero – buscando responder, mesmo que provisoriamente, algumas questões. Adianto que não são questões novas, e muitas delas foram amplamente debatidas, problematizadas e respondidas pela teoria literária, pela história literária e, certamente, pela filosofia da literatura. Conhecedor de meu lugar e da minha localização desde as relações poder-saber, preciso dizer que as questões aqui colocadas e refletidas encontraram, na história e na memória, melhores críticos e autores mais competentes, afinal a competência e o reconhecimento de qualidade, imaginários que são, extraem sua eficácia das ritualizações e das sacralizações colocadas em jogo pela própria construção disciplinar. Parafraçando um dito popular, herança linguageira que recebi de minha avó, diante disso, preciso me perguntar: quem sou, ou melhor, quem somos “nós”, os não possuidores, na fila do dizer? Quem somos “nós” na economia simbólica da autoridade do poder falar?

Muito antes de Gayatri Spivak (2010), foi minha avó, Maria de Lourdes Rocha, quem me ensinou que eu – filho de mãe solo, neto de pedreiro, neto de analfabeta, cuja única herança possível era a língua que sempre me denunciaria em minha classe – não podia falar, pois sequer poderia adentrar à fila. Minha avó me ensinou a navegar pelo silêncio que fora nos imposto e me fez ver que pelo silêncio imposto resistíamos e estávamos também guerreando e construindo espaços, senão de falar, mas de calar: espaços de calar as narrativas do poder, espaços de calar a ideologia dominante, espaço de fazer calar as dores impostas e, constantemente, ritualizadas pelos saberes institucionalizados e disciplinarizados.

Por isso, escrevo. Busco responder questões já respondidas. Busco trazer não apenas “meu” olhar, mas também o que me foi doado: a “língua proletária”, ou melhor, a formação linguageira proletária, subalternizada, ainda que contaminada pela língua do poder... A língua que traz em meus textos minha avó, seus pais, a língua que permite que o “Rick Afonso” desapareça e mostra a autoria que ousa, muito mais do que dizer algo, calar algo como uma autoria coletiva: “Rocha”: de Maria de Lourdes Rocha, de Ubaldino Rocha, de Eliana Rocha, de Rosana Rocha, de dona Romana e de tantas e tantos outras exploradas e outros explorados que me antecederam e que me sucederão nessa condenação que é a vida: condenados, talvez por hora, à exploração, mas também condenados à luta e à interpretação... Uma autoria silente que nada tem a dizer, pois a escrita dos que não podem falar se movimenta no/pelo silêncio, carregando a utopia concreta do fazer calar.

As questões que aqui se colocam não são para fazer avançar nada, não são para criar “escola”, muito menos têm a pretensão de gravar uma autoria na memória e na história. As impossibilidades de classe estão traçadas e antecedem essas palavras. Essas questões acontecem no entrecruzamento do dizer e do calar, afinal este texto se insere na ritualística academicista e disciplinar, ainda que com resistência, pois é pelas contradições que somos lançados em jogo discursivo. Questões que muito mais me colocam do que são colocadas por mim. Questões que nos colocam, provocam-nos e produzem-nos. São também questões afetivas, são questões que dizem daqueles sujeitos que acima foram mencionados, mas também dizem de algo a mais ou de algo a menos.

São questões que me atravessam em um momento de muito desconforto emocional, de muita luta, de luto.

Ainda hoje há quem diga que a ciência é o espaço da racionalidade, do universal, do objetivo, do imparcial. Escrevo não para fazer ciência, escrevo para existir, escrevo para não desaparecer, escrevo para fazer calar e para resistir, não como objetivo a priori, mas como possibilidade talvez anunciada e depois esquecida. A resistência como o riacho que sempre corre, mas cujo desaguar é incerto, imprevisível e, logo, acidental.

Lembro que quando era pequeno e ainda não tinha aprendido a escrever, minha avó insistia muito na nossa alfabetização. A escrita para minha avó era a representação do que a ela fora impedido. A escrita não representava, para ela, a morte, tal qual parte da filosofia expressa. Para dona Maria de Lourdes Rocha, a escrita tinha uma dimensão de ambivalência, de polivalência; pois, significava a memória de suas impossibilidades, do que lhe fora retirado, do que lhe fora roubado; a escrita aparecia, então, como uma dimensão da propriedade: saber escrever e ler era uma propriedade do outro e não dela; contudo, a escrita era, por ela, ressignificada como a herança proibida, contrabandeada que ela deixaria, a qualquer custo, para os seus filhos e filhas. Pela escrita da sua prole, Maria de Lourdes se vingava do sistema que lhe expropriou. A escrita seria uma forma de gravar a sua memória e dos seus pais, até então abrigada na oralidade.

Era a vida infame que, ao ser capturada pelo poder, fazia memória de sua existência maldita. Só muito mais tarde, ao ler Foucault (1993), eu percebi a grandiosidade da reflexão de minha avó. Aquilo que Foucault discutiu e teorizou em *A vida dos homens infames*, minha avó, uma mulher analfabeta, nordestina, negra, trabalhadora rural, tinha colocado em prática como tática de guerrilha existencial na década de 1950 no interior da Bahia.

Não pedirei desculpas por fugir do suposto tema deste texto, espero que o leitor real, caso haja, entenda que escrevo para suportar o que agora me rouba o fôlego. Escrevo para vivenciar a dor e para desestruturar a esperança, essa paixão triste que nos captura em ciclos infinitos de exploração, de justificação e de uma doentia defesa do sistema, de suas múltiplas artimanhas e instituições estruturantes. As letras que se desenham nesta tela (página) apenas aparecem. Espero que elas nos levem à discussão e às questões que o título anunciou até para justificar a publicação deste texto na presente coletânea. Minhas reflexões não têm parte com a racionalidade castradora, não escrevo para morrer ou para desaparecer. Ainda que reconheça a morte do autor, afirmo a sua impossível superação, visto que o autor é esse corpo morto, é esse defunto que significa, cujo fodor acompanha as letras.

Por isso, essas reflexões que seguem dizem do momento pelo qual “estou” (na ilusão daquele que pensa dizer “eu”) passando: a morte anunciada de minha avó e o fim de um relacionamento que, durante seis anos, foi minha âncora na existência concreta, ou, mais provavelmente, que talvez tenha me feito assim pensar e que agora lança-me no mar tortuoso da existência (*ser-impedido-do-outro*). Peço ao leitor que tenha isto em mente ao ler minhas reflexões teóricas: os temores, os medos e as angústias de alguém que se recusa a morrer na e pela escrita, pois essa escrita é corpo, essas letras são órgãos, é pele, é matéria corpórea...

Sem mais delongas, passo, então, às considerações sobre as nomeações que considero paradoxais: a primeira, a própria noção de *literatura*, a qual é ainda caracterizada como *LGBT+* (em outras nomenclaturas: gay, lésbica, bicha, viada, transviada, *queer*, *bichasapatrans*, pederasta, sodomita dentre outras) e adjetivada como *brasileira*. Logo, temos o sintagma *Literatura LGBT+ brasileira*. Essa expressão linguística funciona de modo a designar, especificando e caracterizando, uma possível área disciplinar, um assunto, um tema, uma matéria, em resumo, um eixo transversal recortado no diagrama saber-poder caracterizador de um regime de verdade estruturado em torno de suas exclusões constitutivas: verdadeiro/falso, autoridade, discurso competente (autoria e comentário), sujeitos legitimados, sistema legitimador (quem pode escrever, o que se pode escrever...), mecanismos de circulação e de silenciamento etc.

Para além disso, tal designação faz funcionar algumas evidências que colocam em circulação determinados efeitos de sentidos, ao passo que impede outros. Há nesse funcionamento o movimento ritualístico e interpelativo da ideologia. Penso que é preciso colocar em suspeita as designações que funcionam como evidentes. Não que com isso sustente que devemos abandonar a disputa pelo significante ou que desconsidere que há, nessa designação, um efeito catacrético: a caracterização *LGBT+* e, com mais força, a caracterização bicha, viada, sapa ou transviada suja o significante sacralizado, funcionando, especificamente, como uma descaracterização ou uma designação imprópria.

O significante é, assim, abalado, fraturado. Ou melhor, diria que há um movimento que perturba a enunciação, pois o significante “Literatura”, por força da história, da memória e da língua, atualiza um campo semântico que impossibilita, impede, castra, silencia e também destrói toda uma cadeia enunciativa, toda uma sequência linguística.

Em suas atualizações, em sua cadeia semântica, em suas equações linguísticas possíveis, o significante “Literatura” impede qualquer caracterização ou especificação que não seja dentro da atualização do espectro do Estado-nação. Após “Literatura”, a história condiciona apenas adjetivos gentílicos como francesa, alemã, inglesa etc. E claro que dentre tais, há aqueles significantes que, embora reafirmem a ilusão das fronteiras nacionais, gozam de menor privilégio devido à posição geopolítica ocupada por determinado país no sistema-mundo. Por isso que a qualificação brasileira, argentina, angolana, mexicana, libanesa..., após o significante sacralizado “Literatura”, também há de produzir alguma coisa de inoportuno ou algum desvio significante, ainda que leve, na matriz acústica interpretável.

A Literatura (observe que com L maiúsculo para expressar sua dignidade) não precisaria de qualificadores... reza a lenda. É longa a discussão e os debates sobre a universalidade que não ousa dizer seus nomes – e “sabemos” que a universalidade é bem particular: branca, cis, cristã, masculina, ocidental, heterossexista, magra, urbana... Não é essa discussão que pretendo fazer aqui. “Sabemos” quem são os defensores da não designação dos textos literários em uma suposta defesa da forma literária, da universalidade, da genialidade e de tantas outras retóricas ideológicas atualizadoras dos discursos dominantes, dos discursos de classe dominantes.

A disputa do significante sacralizado é uma tática de resistência. A profanação do significante produz efeitos que merecem ser analisados e problematizados. O ruído desconfortante produzido na enunciação impossível (a exemplo de literatura bicha) coloca determinados sentidos em circulação e faz operar determinadas significações. Isso não pode ser desprezado.

Contudo, o lugar do qual pretendo refletir é outro. Se antes (Afonso-Rocha, 2021) busquei fundamentar e defender a designação do termo conceitual *literatura bicha/viada* para caracterizar os textos ficcionais publicados no jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), pois meu olhar estava direcionado para o conteúdo imaginário daqueles textos, agora tenho como ponto de visualização o funcionamento simbólico da literatura tomada como dispositivo da aparelhagem ideológica e afetiva mercantil, bem como tenho como ponto de visualização os funcionamentos decorrentes da batalha definatória/caracterizadora da literatura (*literatura x*), especificamente do sintagma *literatura LGBTQ+* e sua cadeia de equações adjacentes.

Em suma, questiono: discursivamente, qual o funcionamento da (re)afirmação (por meio de rituais acadêmicos, editoriais e mercadológicos) do significante *literatura* desde a estrutura dispositiva do saber-poder, ou seja, desde a conformação de um campo disciplinar delimitador de autoridade e competência? E mais: sem desconsiderar a batalha e a disputa supramencionadas, quais efeitos podem ser produzidos com tal designação, ainda que imprópria? Como o discurso é sempre polivalente e as relações de poder são atravessadas e recortadas pelas tramas de resistências, é possível supor que a tentativa de sujar o significante também pode reforçar sua rede dispositiva, a sujeira pode servir como motor de sua perpetuação. E, filiando-me às reflexões althusserianas, visualizo a literatura desde seu funcionamento primário de recolocar e naturalizar a ideologia mercantil. Logo, penso que a disputa enunciativa não pode deixar de colocar as questões sobre as bases infraestruturais da exploração burguesa. Uma nomeação, um ato linguageiro, uma designação sempre se funda e estrutura-se na reprodutibilidade das condições materiais de existência do sistema de exploração capitalista.

Como já mencionado, este texto busca apenas traçar algumas reflexões e não oferecer respostas. Questões que podem ou não ter algum tipo de “utilidade”. Prefiro que não tenham. Não é um texto acadêmico, com citações e suas ritualizações. É mais uma provocação, diria que é a colocação de uma questão que sequer ainda pude visualizar com “clareza”. São palavras que me forçam ao ato de escrita. Como qualquer outro texto, este é apenas letras, símbolos, desenhos, traços de sem-sentido que a história produziu a ilusão de já-sentido, de unidade, de expressão, de comunicação em torno do fantasma da autoria.

Penso que o conceito de literatura e sua designação específica – a saber: LGBTQ+ brasileira – expressam uma noção ambígua, pois sua realidade seria meramente imaginária, tendo sua existência imaginária, portanto, sustentada em ritualizações a serviço da aparelhagem mercantil. É o imaginário que sustentaria a literatura como espaço do sublime, como um tipo específico de produção cultural, como um bem cultural, como uma disciplina, como um conjunto de obras e de autores, como algo que escaparia à ordem do discurso, como algo alheio ao discurso, alheio às relações de poder e alheio aos mecanismos de reprodução da exploração burguesa.

Não haveria, assim, literatura sem uma comunidade imaginada e imaginária de especialistas. Comunidade de intérpretes, comunidade de sujeitos competentes a dizer o que seria e o que não seria da ordem do literário. Paradoxalmente, essa comunidade cria o literário e é também criada por ele. Não há um começo do ciclo. Essa comunidade é, penso eu, uma transmutação da comunidade nacional.

A comunidade não existe. A literatura não existe. A nação não existe. É a ideologia que produz essas ficções. Tais ficções têm a força de colocar-nos em defesa de nossa própria exploração. Muitos acreditam que a literatura teria perdido espaço no mundo globalizado. Na cibercultura, a literatura não teria mais a força que outrora supõe haver tido de produzir o “homem nacional”, de enlaçar-nos pela identidade da língua, a literatura já não teria perdido o espaço da religião, já não seria o cimento ideológico produtor da identidade útil à exploração mercantil. Confunde-se a literatura com o conjunto de textos e de autores. Esquece-se que a literatura nada tem a ver com a ideia de arte. Parece que caem na armadilha afetiva que nos faz criar um paralelismo entre literatura e narrativas ficcionais. O literário não é um conjunto de textos criativos, imaginários, focados na subjetividade de um sujeito-autor, que expressaria sua genialidade, sua criatividade e sua visão de mundo.

A literatura é um funcionamento que ultrapassa a existência material de livros escritos. A literatura é um dispositivo de produção de narrativas de modo a funcionar pela estabilização da ideologia dominante. A literatura, por exemplo, constitui um dos principais mecanismos de funcionamento das redes sociais. A literatura é o aperfeiçoamento da máquina de guerra do capital. Dessa forma, diria que o culto ao literário é uma expressão da manutenção do culto à democracia burguesa, ao Estado capitalista e, conseqüentemente, à exploração mercantil.

A literatura, enquanto aparelhagem mercantil (Althusser, 2008), é necessariamente uma aparelhagem afetiva. Ela, além de produzir o sujeito, cria a realidade e alicerça o sujeito nesse mundo. Um mundo impossível de ser percebido em sua verdade: a exploração capitalista. Um que impede que imaginemos seu fim. Um mundo ancorado em sua ilusória eternidade; pois é disso que decorrem não apenas a produção da realidade, a interpelação do indivíduo em sujeito e a reprodução das condições reais de exploração, mas também a afetação eterna do sujeito, colonizando sua capacidade de imaginar o fim da exploração, o fim do capitalismo, fazendo-o defender irrestritamente sua própria escravidão, de modo a tornar impossível a revolução. Logo, penso que há um controle afetivo da revolta reforçado e garantido pelo funcionamento do literário.

O que interessa, em relação a sua eficácia imaginário-simbólica, é que determinados textos são lidos, em dadas condições históricas, como textos literários e, a outros, esse reconhecimento é negado ou impedido. Ser lido como literário localiza o texto na produção de sentidos, na organização social do trabalho de leitura, bem como localiza os sujeitos produtores desses textos nas coordenadas ideológicas e nas coordenadas do poder. Ser reconhecido como literatura direciona certos sentidos, impedindo que outros sentidos emergam, que são, então, produzidos como sentidos impossíveis.

Logo, a literatura, tomada como instituição literária, serve à realização da ideologia dominante, serve como suporte da ideologia (cultural) mercantil, de modo a desempenhar importante funcionamento na reprodução das condições da sociedade mercantil e de sua estrutural e insuperável exploração. Contudo, se a literatura é espaço de realização de ideologia, se é espaço de sublimação das lutas de classes, de ocultação da dominação, de adestramento, é também espaço de contestação, de resistência, de transformação... Em suma, o espaço enunciativo literário é espaço de significação, de fazer ver, de fazer falar, espaço de embate e de confronto. Talvez o debate exclusivo sobre o conceito de literatura, mais especificamente, de uma literatura LGBTQ+, quando não coloca em questão a base infraestrutural e o funcionamento ideológico do literário, acaba por perder o discurso, perder a língua e suas imbricações no social, na memória e na história. a literatura, enquanto peça da aparelhagem mercantil, não faz outra coisa senão fazer ver e fazer emergir sujeitos: leitores, autores, personagens, editores, consumidores... Logo, a literatura diz da forma-sujeito, participando de seu funcionamento, atualização, integralização e realização.

Penso que é a partir dessa clivagem que devemos compreender a enunciação literária: a literatura como peça da aparelhagem mercantil, logo atravessada pelo político, pelo ideológico e sobredeterminada pelo econômico e, necessariamente, atrelada ao funcionamento da forma-sujeito moderna, aí intervindo o nó como suporte das posições subjetivas ensejadas na e pela enunciação literária: leitores, autores, personagens, editores, consumidores. Nó que, em minha leitura, possibilita a relação radical das camadas estruturais e dos registros psíquicos, o que permite-nos compreender a eficácia simbólica e imaginária da enunciação literária e seus efeitos. A literatura acontece no mundo, num mundo marcado e significado pela exploração da força de trabalho, num mundo cuja força motriz configura-se na exploração do medo e da esperança como reproduzibilidade das suas condições de produção.

Por outro lado, não podemos desconsiderar que se tudo está visível e não há nada oculto, tal qual compreendia Foucault (2019), precisamos perseguir os sinais e sintomas que pululam no arquivo vivo da enunciação. A “literatura”, enquanto instituição afetada pelas lutas de classes na história, faz ver e faz dizer, possibilitando a significação, fazendo-nos perceber algo de uma determinada forma e não de outra, concretizando certos sentidos e não outros. As visibilidades e as dizibilidades instanciadas pela enunciação literária condicionam uma certa maneira de ver e de dizer determinados sujeitos, acontecimentos, classes, interesses. O arquivo da enunciação literária é da ordem da *imaginação material*. Compreender a literatura desde a imaginação material resulta compreendê-la como tributária da mão, tributária das relações de produção e das forças de produtivas. Para Bachelard (2002), a imaginação material baseia-se no poder de manipulação e de transformação da matéria, no poder de significar o mundo, participando de sua criação, pois opera em sua percepção. A imaginação é, portanto, alquímica.

A razão literária, assim como a razão política ou a razão econômica, é uma razão histórica, datada, atravessada pela ideologia dominante e funcional à reprodução do modo de produção capitalista. Na esteira de Althusser, que recusou a crença na arte como forma privilegiada de conhecimento e a situou como prática ideológica específica,

este texto propõe que a literatura, enquanto instituição e discurso, opera como um dos dispositivos por meio dos quais a ideologia burguesa se realiza sob o signo do sublime. Não se trata de reduzi-la à ideologia, tampouco de negar seus deslocamentos, suas brechas e seus silêncios produtivos, mas de compreender que sua eficácia simbólica está historicamente vinculada aos rituais de sacralização que a afastam do mundo e da luta de classes. A razão literária, nesse sentido, é menos uma instância neutra de expressão estética e mais um regime de inteligibilidade que naturaliza determinadas formas de ver, dizer e sentir, e que recobre com o véu do estético os funcionamentos materiais do discurso. Recusar essa razão não significa negar a literatura, mas historicizar suas formas e desestabilizar sua pretensa aura.

Como mostra Celso Frederico (2022), é precisamente essa suposta distância da arte em relação à ideologia que precisa ser desfeita: não existe literatura à parte da ideologia, porque o literário é um efeito do jogo ideológico. Isto é, jamais um lugar neutro, jamais um espaço privilegiado de emancipação. Ao contrário do que sustenta a pós-modernidade, que inscreve no campo literário a consagração do sujeito identitário como criador de sentido e agente político de resistência, é preciso recusar a ideia de que há resistência imanente ao discurso literário. O que existe é a função literária como aparelho simbólico que interpela sujeitos desde uma matriz de reconhecimento e exclusão, que transforma o dizer em produto e o sujeito em estilo de consumo.

A razão literária é, assim, a ideologia da literatura enquanto forma superior do discurso, uma forma de fetichismo, no sentido marxista, que faz da linguagem uma mercadoria com aura. Contra essa razão literária, penso com Macherey (2006; 2010) que a literatura não é totalidade sensível, nem criação de sujeitos excepcionais, mas prática material e discursiva que se constitui tanto pelo que diz quanto pelo que silencia. A obra literária, nesse sentido, é espaço do não-dito, da repressão ideológica, da ausência constitutiva que denuncia as condições materiais de sua produção. Essa abordagem desfaz a ideia de literatura como território da interioridade ou da criatividade, para pensá-la como um espaço de inscrição das lutas de classe, como campo de conflitos, contradições e apagamentos. A literatura não é saber, não é liberdade, não é potência do espírito humano. Ela é instituição, ritual, técnica, linguagem saturada de poder e modelada por condições econômicas concretas. Recusar a razão literária é, portanto, desmistificar seu prestígio simbólico e recolocá-la no plano da materialidade discursiva, como discurso qualquer, não menos atravessado, não menos ideológico, não menos comprometido com a ordem que sustenta. A crítica da literatura como fetiche é uma crítica do sujeito que dela depende para existir. E, como tal, deve ser sempre um gesto de denúncia, de desnaturalização e, sobretudo, de combate.

É nessa direção que o leitor é chamado a falar e ver, é chamado a significar, a concretizar sentidos. Não há escapatória. A enunciação literária obriga a interpretação extralinguística, obriga a referencialidade, obriga a significação histórica, obriga a tomada de partido na defesa dos interesses e dos afetos de classe. A significação não possibilita recusa em relação às coordenadas ideológicas. Não há neutralidade interpretativa. Toda interpretação traz em si o confronto político, ideológico e econômico, traz em si as lutas de classes.

Se a história é a história das lutas de classes, a interpretação é a tomada de posição no confronto, queiramos nós ou não, percebamos ou não. A literatura é uma das arenas da luta. O debate se ela fala ou não do mundo pouco importa, pois ela participa da significação do mundo, da significação da sociedade mercantil, da percepção dos atores em guerra, da concretização da ideologia dominante, da afetação em favor de determinada classe, do escoamento da ideologia dominada, da perpetuação da memória dos explorados, da edificação dos monumentos dos exploradores e pode também participar de sua destruição.

Conceitualizar é tomar partido, conceitualizar é permitir-se enquadrar ou resistir ao enquadramento da forma-sujeito. A reflexão teórica é, em si, uma relação radical, um confronto de posições de sujeitos, de posições ideológicas, uma luta entre afetar e ser afetado. Sentidos em guerra disputando o leitor, essa posição localizável da forma-sujeito. Sujeitos leem e emergem na leitura. A teoria é um dispositivo de captura e de reconhecimento. A leitura é uma batalha, a literatura uma das suas arenas.

A ideologia burguesa não pode apagar isso, pois a condição de possibilidade da significação é a própria luta. Nesse sentido, a enunciação literária comparece como um dos lugares de atualização, integralização e diferenciação política, ideológica e econômica. Percebe-se que, em nossas sociedades de exploração da força de trabalho, a literatura, como forma político-ideológica conformada pelo econômico, funciona como um signo social ritualizado que é criado e consumido, que existe. Há literatura enquanto efeito simbólico e/ou imaginário. Longe de ser apenas transgressão, como viu em alguns momentos Foucault (2016), por talvez ter deixado escapar o ideológico, a literatura é o espaço morto da repetição, da reprodução, da reatualização. Contudo, há de se desconfiar, que a repetição pode conjurar o movimento. Não há, portanto, como sustentar que a literatura se dobra apenas sobre si, como se a linguagem estivesse em uma dimensão outra, como se houvesse qualquer forma de experiência originária, pré-linguística. A literatura não pode tratar da linguagem em sua dobra, pois há mundo. E a dobra é o que permite significá-lo. A espacialidade literária como espacialidade da linguagem, esquece da enunciação, portanto, esquece da espacialidade da história, da memória, do social.

Se o leitor chegou até aqui já deve ter percebido que este esquivo-texto não faz outra coisa a não ser colocar palavras e significantes, preenchendo uma folha imaginariamente em branco. Talvez tenha escrito tudo isso apenas para dizer e silenciar. E não seria esse um dos funcionamentos da escrita? Direi que a minha reflexão é sobre o tal objeto literário e seu suposto recorte temático LGBTQ+. A disputa pelo significante, pelo conceito, acredito eu, não pode se furtar ao debate das relações materiais de poder e das relações materiais econômicas e ideológicas. Apenas historiar e catalogar obras e autores LGBTQ+ é, de alguma forma, reforçar a literatura como disciplina, como instituição. Ainda que neguemos, tal movimento coloca em jogo o sonho, e mais, a luta pela integração à norma literária, ao cânone... A disputa pelo significante é uma disputa ideológica, política e econômica: é uma luta de classe que atravessa as guerras de subjetividades.

Por isso, hoje já não busco recortar minhas reflexões em torno de um pretenso objeto literário LGBTQ+, prefiro falar em discurso ficcional e em discurso sexo-

gandrado. Talvez a recusa em afirmar a literatura, esse conceito ambíguo e sempre excludente, possa colocar algo em jogo. O conceito de discurso ficcional não deixa escapar as coordenadas ideológicas e permite-nos lançar os olhos para além do mapeamento de personagens e autores LGBTQ+. Penso que ele auxilia-nos analisar o funcionamento de produção de legibilidade, permite-nos detalhar a formação, desde o ficcional, dos campos de visibilidades e dos regimes de enunciabilidade. Permite-nos perceber que a literatura só existe porque há especialistas que a demarcam. Permite-nos, ao reconhecer o funcionamento ideológico, trabalhar a opacidade da linguagem. Haveria, assim, um movimento de um dispositivo ideológico (literatura) – que cristaliza determinado sentido e não outros – para um dispositivo teórico (discurso), de modo a reconhecer que a ideologia é a saturação do evidente.

Enxergar a literatura como instituição, como peça da aparelhagem mercantil, como dispositivo de afetação é tomar partido numa luta produzida como *nunca-lá*: a luta de classes que, na contramão da evidência, tudo recorta, atravessa e determina. Nessa luta, a teoria não é mera elucubração, devaneios daqueles que podem dizer, mas sim deve ser reclamada, como já é, como máquina de guerra dos excluídos e explorados, reclamada como máquina de fazer calar. Logo, historiar, mapear e catalogar são táticas que devem ser reorientadas desde as coordenadas ideológicas, de modo a trabalhar contra o apagamento da possibilidade da revolução, contra a imaginação burguesa que impede que sequer sonhemos com o fim do capitalismo (Fisher, 2021), de modo a conjugar os efeitos das guerras de subjetividade à reprodução das condições de produção do modo de exploração capitalista.

Se a literatura bicha existe, ela o faz enquanto mercadoria e fetiche. Não por essência, mas por funcionamento. Como nos alerta Marx (2013), o fetichismo não reside na ilusão subjetiva, mas no modo como as relações sociais entre pessoas assumem, no capitalismo, a forma de relações entre coisas. Assim também opera o literário. Torna-se coisa, produto, substância visível, portadora de valor simbólico e cultural, naturalizando as formas sociais de dominação que o sustentam. O reconhecimento como literatura, ou como literatura LGBTQ+ brasileira, é o que permite ao texto circular, ser lido, ser citado, ser premiado, ser vendido. É nesse ponto que se dá a captura. A linguagem da dissidência, que desejaria romper com a ordem simbólica, acaba codificada como valor diferencial no mercado cultural. Como lembra Jameson (1992), a literatura não pode ser pensada senão como *ato socialmente simbólico*. Ou seja, como inscrição histórica, carregada de contradições e sobrecodificações e, portanto, como arena de disputa e de captura simultaneamente.

Macherey (2010), ao recusar a noção de ideologia como erro ou falsidade, insiste que o ideológico é o próprio terreno da produção do sentido, e é exatamente nesse terreno que o literário se constitui. Não como expressão de uma verdade oculta, mas como operação material que oblitera e revela, exclui e produz, interdita e possibilita. A literatura, como toda prática social, é lugar de repetição e de conflito. Como discurso que se quer autorizado, precisa excluir o que considera ruído, isto é, o corpo, o afeto, o excesso, a carne. Mas é justamente nesse excesso, nesse suplemento maldito, que reside a potência política da enunciação dissidente. Ao tematizar a literatura bicha como mercadoria e fetiche, proponho deslocá-la de sua posição aurática para pensá-la como

campo tenso, como espaço de significação onde os corpos são estetizados, higienizados, celebrados ou eliminados. A literatura não é exterior à luta de classes. Ao contrário, ela é um de seus campos privilegiados. E como tal, pode servir à consolidação da forma-sujeito capitalista, mas também, quando performada como contrabando, pode desestabilizar os dispositivos de reconhecimento e fazer da linguagem uma máquina de calar o poder, não de perpetuá-lo.

Nesse sentido, a designação de uma “literatura LGBT+ brasileira” precisa ser compreendida como parte do jogo ideológico e mercadológico que Althusser (2008) descreve como aparelhagem ideológica do Estado: a literatura, enquanto instância discursiva e não enquanto essência estética, opera a reprodução das relações de produção ao interpolar sujeitos como leitores e autores “críveis”, isto é, reconhecíveis dentro da matriz de inteligibilidade do capital. A literatura é absorvida pelo mercado de subjetividades do neoliberalismo, funcionando como categoria de valoração diferencial. Ao invés de subverter, insere-se como oferta no cardápio da diversidade lucrativa. Aqui, a sacralização do literário como espaço do sublime, ainda herdada do idealismo burguês, é parte da própria ideologia. Aquilo que Macherey (1971) denuncia como o “não-dito” da obra, o ponto que permite ao discurso literário ocultar seu próprio lugar na reprodução das condições materiais de existência. A literatura, longe de qualquer pureza ou transcendência, é atravessada como qualquer outro discurso pelas condições de sua produção, circulação e reconhecimento. Não há resistência imanente ao literário, nem tampouco qualquer virtude política espontânea na ficção. O que há é funcionamento, é reprodução, é fetiche. Como nos mostrou Marx, o valor de uso da linguagem se converte em valor de troca simbólico, e é esse movimento que transforma o texto em mercadoria, o sujeito em marca e o desejo em consumo. A literatura não escapa a isso. Ela apenas o estiliza.

REFERÊNCIAS

- AFONSO-ROCHA, Rick. *O perigo cor-de-rosa: ensaios sobre a deimopolítica*. Salvador: Devires, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FISHER, Mark. Não prestar para nada. Tradução de Victor Marques e Jorge Adeodato. *Jacobin Brasil*, 13 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/01/nao-prestar-para-nada/>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *A grande estrangeira: sobre literatura*. Tradução de Fernando Sceibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. Buenos Aires: Altamira, 1993.
- FREDERICO, Celso. Arte, ideologia: de Althusser a Macherey. *Novos Rumos*, v. 59, n. 1, p. 92-103, 2022.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

MACHEREY, Pierre. Ideologia: a Palavra, a Ideia, a coisa. *História Revista*, Goiânia, v. 15, n. 1, 2010.

MACHEREY, Pierre. *Para uma teoria da produção literária*. Lisboa: Estampa, 1971.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROCHA, Maria de Lourdes. *[Fonte oral de uma vida que resistiu]*. Sem dados de imprensa.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.